

Os bancos credores, sem pressa para emprestar.

20 MAI 1988

Um ano depois que o Citicorp criou reservas para cobrir US\$ 3 bilhões de empréstimos duvidosos feitos ao Terceiro Mundo — principalmente à América Latina —, os grandes bancos credores norte-americanos que seguiram seu exemplo se sentem garantidos e nada propensos a abrir mais créditos. E no último ano, muitos bancos regionais dos EUA também, deram baixa nos empréstimos feitos ao mundo em desenvolvimento — medidas que, somadas, por certo criarão enormes dificuldades ao levantamento dos US\$ 5,2 bilhões em dinheiro novo de que o Brasil precisa para atualizar o pagamento dos juros de sua dívida externa.

Da mesma forma, o Equador deve mais de US\$ 400 milhões de juros em atraso e esperava receber US\$ 350 milhões em dinheiro novo para se colocar em dia: recebeu US\$ 330 milhões, porque os bancos não estão tendo pressa alguma. Um número cada vez menor de bancos acha que compensa emprestar para países como esse, declarou em Nova York Alan Stoga, da firma de consultoria econômica e política Kissinger Associates Inc., citado pelo *The Wall Street Journal*.

É que a crise da dívida do ano passado foi a pior de todas as vividas pelos maiores bancos comerciais norte-americanos, desde a Depressão. Em sua maioria, seguindo o exemplo do Citicorp, fizeram reservas equivalentes a 25% dos empréstimos antes concedidos aos países em desenvolvimento — o que alguns consideram insuficiente, pois no mercado secundário de empréstimos, as dívidas estão sendo vendidas com um desconto em torno de 50%. Mas o presidente do Citicorp, John Reed, acha que as reservas de 25% bastam para cobrir os riscos financeiros, além de prometer que continuará emprestando a países tão endividados como o Brasil e a Argentina.

Verdadeiros motivos

Apesar dessa boa vontade aparente, as negociações do Brasil arrastam-se há semanas — muito além do esperado — e as conversações com a Argentina foram adiadas, lembra o *Journal*. Isso porque, na opinião dos banqueiros, é necessário um tempo maior para articular o reescalonamento mais sofisticado e complexo das dívidas e tam-

bém é preciso haver novos acordos de empréstimos capazes de atrair um número suficiente de bancos dispostos a desembolsar dólares. E as divergências entre os credores — bancos comerciais e instituições oficiais de crédito — também retardam soluções como a do caso brasileiro.

Diante da relutância dos bancos, as autoridades norte-americanas e as instituições financeiras oficiais fazem advertências dizendo que uma redução abrupta — pior ainda, o corte total — dos empréstimos às nações em desenvolvimento em nada contribui para solucionar o problema. Mas, revidando às críticas, os banqueiros lembram o exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI), que também está emprestando menos aos países endividados. E mantém seu programa de aperto creditício, cujo exemplo mais marcante vem do próprio Citicorp, que nos últimos trimestres emprestou só US\$ 13 bilhões às nações em desenvolvimento — um corte de US\$ 1,9 bilhão, ou 13%.

Mas suas maiores reduções vieram mesmo no ano passado: menos US\$ 300 milhões para o Brasil, menos US\$ 400 milhões para as Filipinas e menos US\$ 200 milhões para a Venezuela e o México, cada um. Tais reduções foram conseguidas por meio de conversões da dívida em capital de risco, vendas dos créditos duvidosos e outras transações, segundo diretores do Citicorp.

No fundo — dizem alguns analistas —, o que os bancos tentam mesmo é extrair o máximo de concessões dos governos credores e devedores não demonstrando pressa alguma — e a lentidão com que o caso brasileiro se desenrola pode dever-se a isso. E, só se os bancos hoje tão relutantes aderirem ao pacote de US\$ 5,2 bilhões para o País, estará de certa forma salva a estratégia do governo norte-americano e das instituições oficiais de crédito para salvar o Plano Baker, pelo qual os bancos comerciais devem continuar emprestando, ao passo que o Banco Mundial ampliará seus créditos aos países que reestruturarem suas economias. Daí virão três benefícios: cada país poderá honrar o pagamento dos juros, os bancos credores irão se capitalizando e não precisarão manter tantas reservas para cobrirem dívidas duvidosas.